



Ponto 7 - Políticas públicas educacionais e o ensino de Sociologia na Educação Básica.

Questão 1: a partir da promulgação da lei 11684/2008, as disciplinas Sociologia e Filosofia passam a ser obrigatórias nos currículos escolares do Ensino Médio. Essa decisão está amparada pelo art. 36, parágrafo 1º, inciso III da lei de diretrizes e bases (9394/1996) que afirma ~~que~~ o domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia como necessários ao exercício da cidadania, objetivo final do processo educativo. Segundo nesses pareceres nº 15/98 e 38/2006 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica estabelecendo a inclusão obrigatória das duas disciplinas (com prazo de um ano para inclusão de conteúdos relacionados nos propostos pedagógicas das escolas).

O estabelecimento da obrigatoriedade da oferta dessas disciplinas, mas em especial da Sociologia, contrapõe-se ao caráter intermitente de sua institucionalização no Brasil. De acordo com Oliveira e Ferreira (2016), amparadas em Silva (2007) é possível estabelecer cinco diferentes etapas para o processo de institucionalização da Sociologia como disciplina. O primeiro seria o do Pioneirismo, meados do século XIX e início do XX em que se identificaram as primeiras tentativas de incluir a Sociologia nos currículos de escolas superiores e primorizantes. O segundo período, que vai de meados do século XX até a década de 1940 é marcado pela criação da Escola Livre de Sociologia em São Paulo (1934), da Universidade do Distrito Federal (1934), da Universidade do Brasil (1935), pelos reformas Rocha Vaz (1934) e Francisco Campos (1931), todos ~~aventuras~~ marcas da constituição de um sistema de ensino superior que valorizava o conhecimento científico. Nesse sentido, a Sociologia é produzida



Com a promulgação do AI-5, que corresponde ao início do quarto momento, a produção científica sociológica norte parte abaixo, com a perseguição e o ódio de pesquisadores e professores universitários, o cercamento do ambiente democrático para a produção do conhecimento crítico e reflexivo. Com a redução dos espaços de produção e diminuição das correntes sociológicas, esta passa a se concentrar nos institutos de pesquisa e a depender do Trabalho intelectual. A revogação da LDB 7044/1971 em 1982 entra neste sentido a profissionalização computorária no ensino secundário da abertura para a inclusão de disciplinas mais científicas, deve então ser considerada um importante marco desse quarto momento. Uma vez que a partir daí, alguns Estados como São Paulo, paramentam a incluir a Sociologia em seus currículos escolares (entre 1982 e 1989).



O último período do processo de institucionalização da disciplina de Sociologia é o que vai do final do século XX aos dias atuais, marcado pela promulgação da LDB 9394/1996, como mencionado no início do texto.

~~Processo de institucionalização da disciplina de Sociologia~~

A institucionalização da Sociologia como disciplina no Brasil não se deu no mesmo passo que o processo de institucionalização ~~deixa~~ como ciência. ~~disciplina~~ entre as demais disciplinas, tendo em vista que esta última entendo bem mais enfatizada que a primeira. Em função desse descompasso, houve uma percepção compartilhada entre pesquisadores e profissionais vinculados à educação, assim como formandos do curso de licenciatura em Ciências Sociais, de que a formação de bacharel, é mais valorizada do que a de professor e de que era uma grande dificuldade interpretada pelos licenciados em Ciências Sociais em relação a articulação entre teoria (conceitos dentro aprendidos) e prática (transmissão de conhecimento aos estudantes).

Desse modo, das direções ~~elaboradas~~ para professores, pesquisadores e formandos ~~para~~ é aprimorar a formação de professores, como preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para garantir que a disciplina Sociologia seja integrada aos currículos escolares de forma significativa, que traga sentido para os alunos e que contribua para que eles construam sua própria visão, representação da realidade. Nessa direção, a criação do Programa Institucional de Bolsa à Iniciação à Docência (PIBD/CAPES) em 2010, com os objetivos de elevar a qualidade da formação



Iniciar o professor de licenciatura, inserir licenciandos no cotidiano das escolas da rede pública para incentivar a criação e a participação em experiências metodológicas, e, finalmente contribuir para a articulação entre teoria e prática pode ser mencionado como uma das principais polos públicos implementados na última década. Esta é uma iniciativa importante especialmente para aqueles que se dedicam ou virão a se dedicar ao ensino de Sociologia, como discute do mais acima, a dificuldade de estabelecer-se, como disciplina no Brasil, tendo muito recentemente (10 anos) se tornado disciplina obrigatória no Ensino Médio (entra como tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental), e o pouco tempo, impreterável dedicado à produção e reflexão sobre a prática docente em Sociologia como cohergência transversal a tarefa de formação docente urgente de modo a atender os objetivos previstos em uma organização curricular dos conteúdos de Sociologia no Ensino Médio Fundamental como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Orientações Curriculares Nacionais.

e institucionalizações

Questão 3 - A valorização dos conhecimentos produzidos pelos ciências sociais no âmbito da escola é relativamente recente, se comparar com as outras disciplinas como Língua Portuguesa ou Matemática. Ela remonta à LDB 9394/96 que estabelece como prioridade do processo educativo a formação voltada para o exercício da cidadania, para a qualificação para o trabalho.

Com a definição dos parâmetros curriculares nacionais (desenvolvidos em documentos específicos para o Ensi-



no Fundamental, e seus diferentes níveis, Ensino Médio) foi possível estabelecer uma base para a aplicação desses conhecimentos na transmissão aos alunos da educação escolar. Esse documento foi resultado da consulta a diversos atores sociais envolvidos no processo e sistema educativo (profissionais da educação, gestores, professores e pesquisadores), foi criado pela necessidade de reformulação não apenas dos conteúdos pertinentes que deveriam estar presentes no currículo escolar, mas também e principalmente a adequação do currículo de modo a atender a demanda de um público específico escolar heterogêneo e pertencente a uma época em que as tecnologias de informação alteraram significativamente os modos de interação da humanidade com a natureza, conseguindo, por meio de seu próprio modo de aprender e apreender a realidade.

Essa mudança imperativa exigiu reconhecer, por exemplo, o que significa conhecimento, diferenciando entre conhecimento científico (o mais complexo e envolvendo trabalhos de pesquisa acadêmica, organizados com critérios científicos), conhecimento escolar (o que é próprio do ambiente da escola, produzido ali, com o objetivo de permitir o aprimoramento escolar ou conhecimento científico, outras formas de conhecimento). Entendendo-o como resultado de um processo construtivo-cognitivo no qual o aluno é parte ativa, os currículos deveriam espelhar essa perspectiva construtivista, permitindo que as várias áreas de conhecimento pudessem manter elas mutuamente, assim formando uma rede de significados, promovendo ao final do processo de aprendizagem um resultado



de "analicidade social" ou que tivesse sentido para os sujeitos desse processo: os alunos.

No caso da Sociologia, a disciplina é responsável, por assim dizer, pela apresentação dos conteúdos vinculados aos conhecimentos de três diferentes áreas do conhecimento: Antropologia, Política (cívica) e Sociologia. Além disso, dado o caráter interdisciplinar dos PCN, admite-se que questões raras ao Direito, à Economia e à Psicologia também sejam abordadas, as incorporadas de modo a produzir conexões significativas para os alunos.

Os conceitos estruturadores cultura, cidadania e trabalho são mobilizadores contínuos ao longo dos 3/4 anos de duração do Ensino Médio e podem apresentar-se de modo disperso nos temas transversais propostos para o Ensino Fundamental (ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, etc.) com vistas a desenvolver nos alunos as capacidades de representação, comunicação, investigação e compreensão, elaboração e crítica e suas competências associadas, como reconhecer ~~nas~~ diferentes representações sobre grupos sociais brasileiros ~~que~~ cujos são vítimas de preconceito e por que, p. ex.).

Como os PCN-Sociologia funcionam como forma de orientações para as profissionais da educação e não do professor de aprendizagem, não há obrigatoriedade na ~~apresentação~~ incorporação de todos os temas mencionados aos conceitos estruturadores, é recomendável (preparatório) que os atores sociais envolvidos (incluindo a comunidade e os pais de alunos) ~~possam~~ se reunir para discutir a inclusão ou exclusão de temas, mesmo a forma de organização dos mesmos, adequando os currículos às necessidades dos sujeitos.



do projeto educativo. A escola é responsável por permitir e promover o espaço de discussão sobre os PCN e garantir a participação democrática de todos os atores envolvidos, diretamente ou indiretamente. Se desse modo pode-se garantir o direito à educação de qualidade, entendida como condições de interação pleno dos direitos humanos, sociais, econômicos, civis e políticos como preconizado pelos Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Assim, a inclusão da disciplina Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático, em 2012, representou mais um importante passo no processo de institucionalização da disciplina no Brasil.

É preciso considerar os aspectos positivos e negativos da adoção dessa política pública. Por um lado a inclusão da Sociologia no PNPD permite não apenas que os alunos turbam alem a recursos didáticos apropriados à sua faixa etária, a essa etapa de desenvolvimento cognitivo e, com eles, sejam apresentados os conceitos estruturadores e os temas associados de forma sistematizada e lógica; como também estimula a produção de materiais e recursos didáticos; a reflexão sobre esses materiais e recursos, sua aplicabilidade e pertinência ao contexto escolar; o mais importante, reúngora uma área de reflexão acadêmica – do ensino de Sociologia, da Sociologia como disciplina escolar – que favorece a colocação de antigas questões sobre a prática de ensino e o processo de aprendizagem e abre espaço para a formulação de novas perguntas, portanto, abrim as relações entre os departamentos de ensino e de pesquisa dentro dos cursos de Ciências Sociais e demais



Com as escolas públicas que recebem estágiários (estudantes de licenciatura). Neste modo, a inclusão da Sociologia no PNPD pode ~~trabalhar a disciplina sobretudo como~~ contribuir para a própria disciplina e o campo de reflexões sobre os práticos de ensino, além da produção de recursos didáticos apropriados (compatibilizado com a tradição do academicismo) e de apresentar os conceitos-chave da disciplina de forma herética.

Por outro lado, dado que a necessidade da área do conhecimento sociológico (apresentar-se de forma crítica e propor-se a contrapor visões e representações críticas) demanda a utilização de diversos suportes (diferentes tipos de texto - notícias, prosas, documentos históricos oficiais, vídeos, entrevistas, registros audiovisuais, músicas) como amostras exemplares da produção cultural, compartilhada, é essa demanda diferenciada, por assim dizer, que faz com que os alunos didáticos se tornem recursos didáticos pouco atrativos. Nisto o tempo que leva entre a proposição, produção, distribuição do livro didático, torna-nos obsoletos diante das problemáticas que se pretende abordar na escola; por um lado, é, por outro lado, a própria instituição do livro didático, em última instância preferir terminar por ingressar a forma como a disciplina é elacionada em diferentes contextos escolares, contrariando o princípio do respeito à diversidade de formas e práticos educativas que se construíram nas escolas dos diferentes regiões brasileiras, com suas especificidades locais, culturais e históricas (LDB 93/94/96).

Por outro lado, dado que a necessidade da área do conhecimento sociológico (apresentar-se de forma crítica e propor-se a contrapor visões e representações críticas) demanda a utilização de diversos suportes (diferentes tipos de texto - notícias, prosas, documentos históricos oficiais, vídeos, entrevistas, registros audiovisuais, músicas) como amostras exemplares da produção cultural, compartilhada, é essa demanda diferenciada, por assim dizer, que faz com que os alunos didáticos se tornem recursos didáticos pouco atrativos. Nisto o tempo que leva entre a proposição, produção, distribuição do livro didático, torna-nos obsoletos diante das problemáticas que se pretende abordar na escola; por um lado, é, por outro lado, a própria instituição do livro didático, em última instância preferir terminar por ingressar a forma como a disciplina é elacionada em diferentes contextos escolares, contrariando o princípio do respeito à diversidade de formas e práticos educativas que se construíram nas escolas dos diferentes regiões brasileiras, com suas especificidades locais, culturais e históricas (LDB 93/94/96).